



PREFEITURA MUNICIPAL

Redenção

O poder do povo



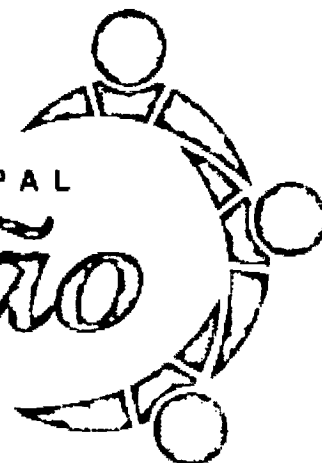
PLANO PLURIANUAL 2014/2017



PREFEITURA MUNICIPAL

Redenção

O poder do povo



Manuel Soares
MANUEL SOARES BANDEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Cesariano Rodrigues
CESARIANO RODRIGUES FERNANDES
VICE PREFEITO

MENSAGEM
PROJETO DE LEI

ETAPA I

- 1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA**
- 2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS**
- 3. ECONOMIA E FINANÇAS**
- 4. DIAGNÓSTICO SOCIAL**
 - 4.1 Saúde**
 - 4.2 Educação**
 - 4.3 Índices de Desenvolvimento Social**
- 5. PRINCÍPIOS**
- 6. DIRETRIZES GERAIS**
 - 6.1 Diagnóstico Participativo "O olhar da comunidade"**
 - Propostas de ações das comunidades**

ETAPA II

- 7. PROJEÇÃO DAS RECEITAS**
- 8. ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS – QUADROS DE DETALHAMENTO**
 - ANEXO I: Programas e Ações**
 - ANEXO II: Programas por Órgão, Unidade Orçamentária, Função e Subfunção**
 - ANEXO III: Relatório final do PPA Participativo**

MENSAGEM Nº 029/2013, de 30 de Agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que estabelece a Lei Orgânica do Município, tenho a satisfação de encaminhar a essa augusta casa de leis, através de V. Exa., o Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA do Município de Redenção, relativo ao período 2014 – 2017

O Plano Plurianual de Redenção compreende uma síntese dos esforços empreendidos no processo de implantação de um modelo de gestão integrada e participativa, reunindo as mais diversas informações sobre a situação de vida da população local. Ele foi elaborado a partir de princípios básicos como: a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo, a promoção da gestão empreendedora, a garantia da transparência, o estímulo às parcerias, uma gestão orientada para resultados e a organização das Ações de Governo em Programas, permitindo a integração do planejamento com os orçamentos anuais.

Ressalte-se que, o processo de planejamento, contudo não se encerra na apresentação formal do plano. Tão ou mais importante quanto declarar os problemas e definir as estratégias de ação é implementar, de fato, o que foi programado. Não deve pois, o Plano, constituir-se apenas de uma formalidade.

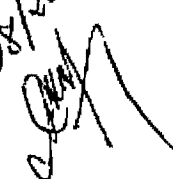
Neste contexto, o Plano Plurianual 2014-2017 foi fundamentado em um modelo inovador de planejamento e gestão, inaugurando uma nova fase no planejamento governamental com a construção e a gestão a partir de um amplo debate, buscando a evolução de um município marcado pela transparência, solidariedade e co-responsabilidade, consubstanciada no controle social.

Busca-se, com isso, um novo modelo de desenvolvimento regional / local capaz de incorporar todas as potencialidades existentes no município de Redenção, o que certamente, o conduzirá rumo ao crescimento econômico/social.

Dessa maneira, espera-se que este instrumento possa permitir aos interlocutores da Política Pública Municipal, Secretários, coordenadores, servidores e usuários dos serviços públicos, avaliar a qualidade das ações e dos serviços, a evolução dos indicadores de desenvolvimento municipal, de modo que seja observada, como consequência direta, o alcance de seus principais objetivos.

Na oportunidade, reitero a V. Exa., e a seus ilustres pares, votos de elevado apreço e consideração.


MANUEL SOARES BANDEIRA
PRÉFETO MUNICIPAL

30/08/2013


PROJETO DE LEI Nº 02 9/2013, 30 de Agosto de 2013.

Institui o Plano Plurianual do Município de Redenção para o quadriênio 2014-2017.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA que, em cumprimento ao Art. 165 § 1º da Constituição Federal e ao Art. 203 da Constituição Estadual, bem como, a Lei Orgânica do Município, estabelecem os programas com as respectivas ações e o montante de recursos a serem aplicados pela Administração Pública Municipal, para o quadriênio 2014 - 2017, abrangendo o programas de expansão e de manutenção das ações do governo.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2014-2017 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2014-2017 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificado como Temáticos (Finalístico) e de Gestão, Manutenção e Serviços ao município, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º Os Programas constantes do PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo único - As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projeto de Lei específico para revisão anual



ou de revisões específicas do Plano Plurianual.

§1º Na inclusão de programas deverão ser indicados os recursos que o financiarão

§2º Os procedimentos orçamentários anuais, consubstanciados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, constituirão reavaliações automáticas do Plano Plurianual, respeitada a legislação vigente.

Art. 7º Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2014-2017, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

Art. 8º A gestão do PPA 2014-2017 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

- I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
- II - dos critérios de regionalização das políticas públicas.

Art. 9º O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 10º A avaliação do PPA 2014-2017 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 11º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, aos 30 de agosto de 2013


MANUEL SOARES BANDEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

30/08/2013


LEI Nº 1508 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Institui o Plano Plurianual do Município de
Redenção para o quadriênio 2014-2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Redenção, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA que, em cumprimento ao Art. 165 § 1º da Constituição Federal e ao Art. 203 da Constituição Estadual, bem como a Lei Orgânica do Município de Redenção, estabelecem os programas com as respectivas ações e o montante de recursos a serem aplicados pela Administração Pública Municipal, para o quadriênio 2014 – 2017, abrangendo o programa de expansão e de manutenção das ações do governo.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2014 -2017 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º. O PPA 2014 -2017 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados como Temáticos (Finalístico) e de Gestão, Manutenção e Serviços ao município, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, e

II - Programa de gestão, Manutenção e Serviços ao município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. Os Programas constantes do PPA 2014 -2017 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo Único- As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Redenção
Secretaria da Administração

Art. 6º. A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projeto de Lei específico para revisão anual ou de revisões específicas do Plano Plurianual.

§ 1º. Na inclusão de programas deverão ser indicados os recursos que o financiarão.

§ 2º. Os procedimentos orçamentários anuais, consubstanciados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, constituirão reavaliações automáticas do Plano Plurianual, respeitada a legislação vigente.

Art. 7º. OS orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2014 -2017, serão orientados para alcance dos objetivos constantes deste Plano.

Art. 8º. A gestão do PPA 2014 -2017 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

I – dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II – dos critérios de regionalização das políticas públicas.

Art. 9º. O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 10. A avaliação do PPA 2014 -2017, consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídio para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção, em 30 de setembro de 2013.


MANUEL SOARES BANDEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ETAPA 1

O povoado que deu origem à vila foi um distrito policial criado em 1842 e depois desmembrado de Baturité em 1868 com o nome de "Acarape". No ano de 1871 foi criada a Câmara Municipal da cidade.

Em 1882 é criada a "Sociedade Redentora Acarapense". Em 1 de janeiro de 1883, chegavam à então Vila Acarape, abolicionistas como Liberato Barroso, Antônio Tibúrcio, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio e João Cordeiro, com a finalidade de assistirem a alforria de 116 escravos do lugarejo. A partir daquele ato, em frente à igreja matriz local, não haveria mais escravos ali, ganhando a vila o nome de Redenção pioneira em libertar seus escravos no País.

Do ponto político da divisão político-administrativo. Redenção possui 06 distritos, sede, Antônio Diogo, Guassi, Faisca, Barra Nova e São Gerardo.

Segundo o Censo de 2010, sua população era de 26.415 habitantes, destes 13.122 do sexo Feminino e 13.293 do Masculino. Sua população está dividida em: Zona Urbana 15.142 habitantes e Zona Rural 11.218 habitantes.

População Residente – 1991/2000/2010

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	22.757	100,00	24.993	100,00	26.415	100,00
Urbana	10.716	47,10	12.787	51,16	15.134	57,29
Rural	12.039	52,90	12.206	48,84	11.281	42,71
Homens	11.373	49,96	12.499	50,01	13.122	49,68
Mulheres	11.384	50,02	12.494	49,99	13.293	50,32

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010

Ainda, conforme o censo, a maior população por faixa etária é a de 10 a 14 anos seguidos pela de 15 a 19 anos. A densidade demográfica é de 117,9 habitantes por cada quilometro quadrado, que caracteriza uma baixa densidade demográfica.

A quantidade de domicílios totaliza em 7.405, sendo 4.298 situados na zona urbana e 3.107 na zona rural e em média em cada domicílio residem 3,68 moradores

3 ECONOMIA E FINANÇAS

O Município tem a base de sua economia a Agricultura com plantio de bananas, principalmente nas serras que rodeiam o município, já que faz parte do Maciço de Baturité, bem como a plantação da cana-de-açúcar, milho e feijão.

Na Pecuária, a criação de bovinos, suínos e avícolas

Conforme o IPCE o setor que produz a maior riqueza para o município é o de serviços.

Produto Interno Bruto – 2009

Discriminação	Município	Estado
PIB a preços de mercado (R\$ mil)	98.212	65.703.761
PIB per capita (R\$ 1.000)	3.669	7.687
PIB por setor (%)		
Agropecuária	11,25	5,10
Indústria	12,73	24,51
Serviços	76,02	70,38

Fonte: IBGE/PECE

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região

O PIB – Produto Interno Bruto de Redenção, apurado em 2009, totalizou o valor de R\$ 98,2 milhões representando 0,14% do PIB estadual. O PIB *per capita*, por sua vez, foi de R\$ 3.669,00 abaixo do PIB estadual em 47,72%.

A configuração setorial do PIB de Redenção apresenta a Agropecuária participando com 11,25%, a indústria com 12,73% e os serviços com 76,02%.

A composição do PIB de Redenção demonstra a participação da Agropecuária com quase 12% do PIB total, confirmando a concentração da população na zona rural e demonstrando que o setor de serviços é a mais significativa no município.

Outro fato que os dados nos revelam é que dos 2075 empregos formais existentes no município, 1209 são oriundos do Poder público, mostrando, portanto, a dependência da economia local do setor público no que concerne a empregabilidade formal.

4. DIAGNÓSTICO SOCIAL

4.1 Saúde

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Unidade - 2011

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Total (1)	27	3.532
Hospital geral	1	182
Hospital especializado	-	48
Posto de saúde	12	474
Clínica especializada/Ambulatório especialidades	3	401
Consultórios isolados	-	24
Unidade mista	-	46
Unidade móvel	-	19
Unidade de vigilância sanitária	-	107
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	8	1.576
Laboratório central de saúde pública	-	3
Centro de atenção psicossocial	1	111
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	-	154
Farmácia isolada	-	30
Policlínica	-	39
Pronto socorro especializado	-	5

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(*) Inclui: (Hospital/Dia - Isolado, Centro de parto isolado, Centro de atenção hemorróica/HIEMOCE, Unidade de atenção à saúde indígena, Cooperativa e Secretaria de saúde).

Das Unidades de Saúde ligadas ao Sistema único de Saúde (SUS), os postos de saúde é que tem maior representatividade, chegando a ser 44,4% dos estabelecimentos públicos de prestação de serviços de saúde.

O Município ainda possui 1 unidade de saúde, cujo prestador é do setor privado, mas estão ligados ao sistema único de saúde (SUS).

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Prestador - 2011

Tipo de Prestador	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Quantidade	%
Total	27	100,00
Pública	26	96,30
Privada	1	3,70

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Em relação aos profissionais de saúde, temos os seguintes dados.

Profissionais de Saúde, Ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) - 2011

Discriminação	Profissionais de Saúde Ligados ao SUS	
	Município	Estado
Total	255	56.741
Médicos	29	9.523
Dentistas	17	2.606
Enfermeiros	19	5.292
Outros profissionais de saúde/nível superior	24	5.177
Agentes comunitários de saúde	67	15.008
Outros profissionais de saúde/nível médio	99	19.136

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades das entidades públicas e privadas.

Constata-se que a maioria dos profissionais de saúde são agentes comunitários e outros profissionais de nível médio. Os médicos representam 14% do total dos agentes públicos.

A média do estado do Ceará de médicos em relação ao número de habitantes e de 1 12 médicos, já em Redenção esse número é de apenas 1,09, conforme apurado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará em 2011.

4.2 Educação

Docentes e Matrícula Inicial - 2011

Dependência Administrativa	Docentes		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	348	108.890	8.470	2.420.396
Federal	-	867	-	7.792
Estadual	65	20.788	1.626	521.017
Municipal	227	66.065	6.156	1.474.392
Particular	56	24.367	688	417.195

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Do total de professores da rede de ensino de Redenção, cerca de 65,2% pertencem aos quadros do município, 18,67% ao Estado e um percentual de 16,09% à rede de ensino particular.

Dos 8.470 mil alunos matriculados no ensino fundamental e médio, cerca de 72,68% estão na rede pública municipal e 19,9% na rede estadual. Somente 8,12% das matrículas estão concentradas no ensino particular.

O Município detém quase 85% das salas de aulas disponíveis, restando à rede estadual cerca de 11,2%, e o restante das salas à rede particular.

Escolas com Equipamentos e Salas de Aula - 2011

Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola
Total de escolas	-	-	4	-	35	-	3	-
Bibliotecas	-	-	2	0,50	24	0,69	2	0,67
Laboratório de informática	-	-	4	1,00	26	0,74	3	1,00
Salas de aula	-	-	28	-	212	-	30	-

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

O Município possui uma boa quantidade de bibliotecas totalizando em 26, sendo 24 vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

Em relação a aprovação, abandono e número de alunos por sala matriculados na rede pública de ensino básico (Fundamental e Médio) tem-se os seguintes dados

Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2011

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	91,60	87,04	66,71	49,01
Aprovação	97,00	89,60	83,50	81,80
Reprovação	1,70	7,80	7,90	6,70
Abandono	1,30	2,60	6,60	11,50
Alunos por sala de aula	22,28	27,57	39,78	33,99

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC)

4.3 Indicadores Sociais

Índices de Desenvolvimento

Índice	Valor	Posição no Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2010	32,69	29
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000	0,651	49
Índice de Desenvolvimento Social de Oportunidade (IDS-O) – 2009	0,449	20
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) – 2009	0,564	15

Fonte: IPECE/PNUD

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) - 2010

Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	5.829	22,07	1.502.924	17,78
Urbana	2.403	15,88	726.270	11,44
Rural	3.426	30,37	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010

5. PRINCÍPIOS

O Plano Plurianual de Redenção foi construído sobre princípios básicos que nortearam sua elaboração e deverão orientar a execução.

Visão de Longo Prazo:

Significa traçar alternativas e escolher caminhos para os próximos anos. A tentativa de antever o futuro não pode ser entendida como uma visão unidirecional e fixa do que deverá ser feito, ao longo do período de vigência do Plano Plurianual. Antes de tudo, o plano indica que não se deve perder a perspectiva do horizonte aonde se quer chegar. Para atingir os objetivos de médios e longos prazos, deve-se garantir a realização das metas de curto prazo. Daí a importância de harmonia e integração entre o Plano Plurianual, instrumento de médio e longo prazo, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, instrumentos de curto prazo.

Coordenação e Visão Sistêmica:

O PPA reforça a necessidade de coordenação geral das ações de governo para que sejam atingidos elevados níveis de eficiência e eficácia na alocação dos recursos

públicos em relação às demandas da sociedade.

A visão sistêmica permite remover distorções locais e setoriais, melhora a capacidade de tomar decisões e potencializa a promoção da intersetorialidade da administração.

Participação, Parcerias e Sinergias:

Na implementação do PPA, as ações e os programas devem ser vistos como de responsabilidade de todas as unidades setoriais, tanto finalísticas como de apoio, criando-se sinergias que fortaleçam a execução e magnifiquem os resultados.

Muitas ações previstas no PPA serão mais fáceis e completamente realizadas se forem buscadas e estabelecidas parcerias entre a Prefeitura, outras instancias publicas, empresas privadas, organizações não governamentais, órgãos de classe e entidades representativas da sociedade.

O futuro almejado para Redenção e consubstanciado no Plano Plurianual só será plenamente alcançado se ocorrer um grande esforço de harmonia, de integração e de participação dos inúmeros participantes do processo de desenvolvimento do município.

Transparência e Comunicação com a Sociedade:

A sociedade Brasileira tem dado mostras muito claras de que exige a correta aplicação dos recursos públicos, de acordo com as necessidades e direitos dos cidadãos. Os administradores públicos têm como obrigação básica, conferir transparência à gestão dos recursos arrecadados e informar à Sociedade a forma e onde a receita está sendo alocada.

Sustentabilidade:

Os frutos do desenvolvimento só serão permanentes se for confenda sustentabilidade ao processo de crescimento, de tal modo que a Sociedade possa auferir resultados ao longo do tempo.

Em primeiro lugar cabe buscar a sustentabilidade social, objetivando-se assegurar as pessoas o exercício integral da cidadania, ensejando a inclusão social dos mais pobres e a afluência da juventude, em especial pela educação de qualidade com acesso universal e democrático.

A sustentabilidade econômica será garantida pelo crescimento da economia por meio de atração de investimentos que gerem riqueza e criem postos de trabalho. A construção de uma infraestrutura que atraia novas empresas e lhes confira competitividade é a diretriz maior do eixo da sustentabilidade econômica.

A preservação e a recuperação dos recursos naturais, em especial os recursos

hidricos e todo o ecossistema do litoral, devem ser marcos do planejamento de medio e longos prazos.

Por fim, mas não menos importante, a sustentabilidade politica que está relacionada com a participação da Sociedade na formulação das politicas publicas e na implementação de programas considerados prioritários. A prefeitura deve assumir o papel de facilitadora do processo de participação da sociedade, fortalecendo os instrumentos de comunicação e de integração entre todos os atores.

6. DIRETRIZES GERAIS

As diretrizes gerais para a formulação do PPA – Plano Plurianual, de Redenção, apresentam um conjunto de propostas para o desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade e melhoria de qualidade de vida da população do município. Com o Plano é plenamente possível delinear a situação futura desejada para a concretização do desenvolvimento econômico sustentável com justiça social. É uma ferramenta gerencial para fundamentar as tomadas de decisões referentes ao futuro, concebida com uma visão não só de curto médio, mas principalmente de longo prazo.

MACRO – OBJETIVOS

Os macros objetivos articulados aos programas norteiam a estrutura do PPA 2014-2017 e estão diretamente relacionados às orientações estratégicas conforme a seguir especificados:

Macro Objetivos

1	• Assegurar o direito à saúde como ação integral
2	• Assegurar o nível de investimento em educação, vislumbrando resultados positivos no médio e longo prazo
3	• Desenvolver políticas públicas para os segmentos sociais vulneráveis
4	• Ampliar e melhorar a infraestrutura do município
5	• Implementar processos de modernização administrativa e racionalização
6	• Ampliar a base econômica a partir do maior desenvolvimento do turismo, pesca, agricultura e incentivos à instalação de novas empresas
7	• Melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo para atingir melhor eficácia nos exercícios de suas funções

ESTRATÉGIAS

Gestão ambiental e recursos naturais:

- Preservar a cobertura vegetal natural e os recursos hídricos;
- Evitar a urbanização em áreas sensíveis;
- Reduzir e prevenir a degradação ambiental, a poluição do ar, da terra e da água.
- Proteger terras agricultáveis;
- Prover educação ambiental para a população;
- Intensificar as ações de saneamento básico, voltadas para o abastecimento d'água, o esgotamento sanitário e o tratamento e destino final de resíduos sólidos;
- Investir na recuperação de áreas degradadas;
- Proteger o patrimônio histórico e cultural nas áreas urbanas e no meio rural.

Vitalidade Econômica:

- Criar uma economia diversificada que priorize as oportunidades de trabalho.
- Implantar infraestruturas de suporte às atividades econômicas;
- Dar suporte às atividades relacionadas ao Turismo que apresentam, no curto e médio prazo, condições de dar melhor resposta em termo de emprego e de cultura local.

Vitalidade dos Estabelecimentos Humanos:

- Evitar a dispersão urbana, assegurando a compactação das áreas em seus limites de urbanização;
- Garantir a absorção da maioria da população prevista em seu futuro crescimento
- Preservar o caráter e a identidade das áreas rurais
- Assegurar suprimentos suficientes de terra, infraestrutura e recursos para assentamentos planejados para o futuro.

Qualidade de vida:

- Suprir a população carente de habitação adequada, acessível e apropriada.
- Priorizar o acesso dos residentes aos serviços comunitários, ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Deverão ser evitadas a qualquer custo:

- A expansão de áreas urbanas, industriais ou de prestação de serviços em zonas rurais agricultáveis e ecossistemas sensíveis;
- A subutilização das infraestruturas e serviços existentes e futuras extensões desses serviços de maneira ineficiente;
- Incremento do sentimento de insegurança e perda de identidade das comunidades.

6.1 Diagnóstico Participativo “O olhar da comunidade”

A Lei de Responsabilidade Fiscal reza que a transparência pública também é assegurada através do incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas, no interim e discussão dos planos orçamentários, como o Plano Plurianual.

Nesse sentido e com o propósito de definir o melhor caminho para o desenvolvimento do município de Redenção, foram realizadas audiências públicas na sede do Município e no distrito de Antônio Diogo, onde com a participação da comunidade, foram coletadas demandas de ações públicas identificadas por cada comunidade local, dos seguintes eixos: Educação e Cultura, Saúde, Infraestrutura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social.

A seguir, têm-se os resultados obtidos via participação popular:

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO
PPA PARTICIPATIVO 2014-2017

TEMATICA: SAÚDE

LOCAL: SEDE

Ação:

Compra de ar condicionado p/consultórios;

Compra esterilizador para material nas unidades;

Compra de balança;

Compra de material permanente p/ as UBASF ;

Compra de computadores ;

Compra de data show p/ ações coletivas;

Construção de uma CAF com estrutura para comportar medicamentos;

Construção de laboratório;

Construção de centro da saúde da mulher;

Equipe técnica sec. de saúde;

Ambulância;

Carro coleta de laboratório nas comunidades ;

Ônibus p unidade móvel p/ações coletivas da saúde.

TEMATICA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

LOCAL: SEDE

Ação:

Reestruturação da lei, modificação da lei para se enquadrar a realidade;

Programas que incentivam os donos de veículos a trazerem suas placas para o município;

Sorteio de produtos;

Melhorias nas vias urbanas do município;

Incentivar as empresas a se instalarem no município, dando isenção fiscal;

Qualificar mão de obra local;

Capacitação aos agricultores quanto a agricultura familiar;

Aprimoramento da gestão do SUAS;

Implantação da vigilância social;

Ações de capacitação para os trabalhadores do SUAS e das entidades sócio assistenciais;

Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos ;

Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos.

TEMATICA: INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

LOCAL: SEDE

Ação:

Rodoviaria, mercado publico, prédio p/ prefeitura, matadouro publico, centro cultural;

Saneamento básico;

Mobilidade da cidade;

Revitalização da cidade;

A configuração setorial do PIB de Redenção apresenta a Agropecuária participando com 11,25%, a indústria com 12,73% e os serviços com 76,02%.

A composição do PIB de Redenção demonstra a participação da Agropecuária com quase 12% do PIB total, confirmando a concentração da população na zona rural e demonstrando que o setor de serviços é a mais significativa no município.

Outro fato que os dados nos revelam é que dos 2075 empregos formais existentes no município, 1209 são oriundos do Poder público, mostrando, portanto, a dependência da economia local do setor público no que concerne a empregabilidade formal

4. DIAGNÓSTICO SOCIAL

4.1 Saúde

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Unidade - 2011

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Total (1)	27	3.532
Hospital geral	1	182
Hospital especializado	-	48
Posto de saúde	12	474
Clinica especializada/Ambulatório especialidades	3	401
Consultórios isolados	-	24
Unidade mista	-	46
Unidade móvel	-	19
Unidade de vigilância sanitária	-	107
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	8	1.576
Laboratório central de saúde pública	-	3
Centro de atenção psicossocial	1	111
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	-	154
Farmácia isolada	-	30
Policlínica	-	39
Pronto socorro especializado	-	5

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(*) inclui: Hospital/DIA - Isolado, Centro de parto normal, Centro de atenção hemorráptica/HEMOCE, Unidade de atenção à saúde indígena, Cooperativas e Secretarias de saúde.

Das Unidades de Saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), os postos de saúde é que tem maior representatividade, chegando a ser 44,4% dos estabelecimentos públicos de prestação de serviços de saúde.

O Município ainda possui 1 unidade de saúde, cujo prestador é do setor privado, mas estão ligados ao sistema único de saúde (SUS).

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Prestador - 2011*

Tipo de Prestador	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Quantidade	%
Total	27	100,00
Pública	26	96,30
Privada	1	3,70

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Em relação aos profissionais de saúde, temos os seguintes dados:

Profissionais de Saúde, Ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) - 2011

Discriminação	Profissionais de Saúde Ligados ao SUS	
	Município	Estado
Total	255	56.741
Médicos	28	9.523
Dentistas	17	2.605
Enfermeiros	19	5.292
Outros profissionais de saúde/nível superior	24	5.177
Agentes comunitários de saúde	67	15.008
Outros profissionais de saúde/nível médio	99	19.135

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA)

*Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

Constata-se que a maioria dos profissionais de saúde são agentes comunitários e outros profissionais de nível médio. Os médicos representam 14% do total dos agentes públicos

A média do estado do Ceará de médicos em relação ao número de habitantes é de 1,12 médicos, já em Redenção esse número é de apenas 1,09, conforme apurado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará em 2011.

4.2 Educação

Docentes e Matrícula Inicial - 2011

Dependência Administrativa	Docentes		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	348	106.890	8.470	2.420.396
Federal	-	867	-	1.792
Estadual	65	20.788	1.626	521.017
Municipal	227	86.065	6.156	1.474.392
Particular	56	24.367	688	417.195

Fonte: Secretaria de Educação Básica (SEBUC)

Do total de professores da rede de ensino de Redenção, cerca de 65,2% pertencem aos quadros do município, 18,67% ao Estado e um percentual de 16,09% à rede de ensino particular.

Dos 8.470 mil alunos matriculados no ensino fundamental e médio, cerca de 72,68% estão na rede pública municipal e 19,9% na rede estadual. Somente 8,12% das matrículas estão concentradas no ensino particular.

O Município detém quase 85% das salas de aulas disponíveis, restando à rede estadual cerca de 11,2%, e o restante das salas à rede particular.

Escolas com Equipamentos e Salas de Aula - 2011

Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola
Total de escolas	-	-	4	-	35	-	3	-
Bibliotecas	-	-	2	0,50	24	0,69	2	0,67
Laboratório de informática	-	-	4	1,00	26	0,74	3	1,00
Salas de aula	-	-	28	-	242	-	30	-

Fonte: Secretaria de Educação Básica (SEBUC)

O Município possui uma boa quantidade de bibliotecas totalizando em 26, sendo 24 vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

Em relação a aprovação, abandono e número de alunos por sala matriculados na rede pública de ensino básico (Fundamental e Médio) tem-se os seguintes dados:

Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2011

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	91,60	87,04	65,71	49,01
Aprovação	97,00	89,60	83,50	81,80
Reprovação	1,70	7,80	7,90	6,70
Abandono	1,30	2,60	8,60	11,50
Alunos por sala de aula	22,28	27,57	39,76	33,99

Fonte: Secretaria de Educação Básica (SEBUC)

4.3 Indicadores Sociais

Índices de Desenvolvimento

Índices	Valor	Posição no Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2010	32,69	29
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000	0,651	49
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O) – 2009	0,449	20
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) – 2009	0,564	15

Fonte: IPECE/PNUD

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) - 2010

Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	5.829	22,07	1.502.924	17,78
Urbana	2.403	15,88	726.270	11,44
Rural	3.426	30,37	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010

5. PRINCÍPIOS

O Plano Plurianual de Redenção foi construído sobre princípios básicos que nortearam sua elaboração e deverão orientar a execução.

Visão de Longo Prazo:

Significa traçar alternativas e escolher caminhos para os próximos anos. A tentativa de antever o futuro não pode ser entendida como uma visão unidirecional e fixa do que deverá ser feito, ao longo do período de vigência do Plano Plurianual. Antes de tudo, o plano indica que não se deve perder a perspectiva do horizonte aonde se quer chegar. Para atingir os objetivos de médios e longos prazos, deve-se garantir a realização das metas de curto prazo. Daí a importância de harmonia e integração entre o Plano Plurianual, instrumento de médio e longo prazo, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, instrumentos de curto prazo.

Coordenação e Visão Sistêmica:

O PPA reforça a necessidade de coordenação geral das ações de governo para que sejam atingidos elevados níveis de eficiência e eficácia na alocação dos recursos

públicos em relação às demandas da sociedade.

A visão sistêmica permite remover distorções locais e setoriais, melhora a capacidade de tomar decisões e potencializa a promoção da intersectorialidade da administração.

Participação, Parcerias e Sinergias:

Na implementação do PPA, as ações e os programas devem ser vistos como de responsabilidade de todas as unidades setoriais, tanto finalísticas como de apoio, criando-se sinergias que fortaleçam a execução e magnifiquem os resultados.

Muitas ações previstas no PPA serão mais fáceis e completamente realizadas se forem buscadas e estabelecidas parcerias entre a Prefeitura, outras instancias publicas, empresas privadas, organizações não governamentais, órgãos de classe e entidades representativas da sociedade.

O futuro almejado para Redenção e consubstanciado no Plano Plurianual só será plenamente alcançado se ocorrer um grande esforço de harmonia, de integração e de participação dos inúmeros participantes do processo de desenvolvimento do município.

Transparência e Comunicação com a Sociedade:

A sociedade Brasileira tem dado mostras muito claras de que exige a correta aplicação dos recursos públicos, de acordo com as necessidades e direitos dos cidadãos. Os administradores públicos têm como obrigação básica, conferir transparência à gestão dos recursos arrecadados e informar à Sociedade a forma e onde a receita está sendo alocada.

Sustentabilidade:

Os frutos do desenvolvimento só serão permanentes se for conferida sustentabilidade ao processo de crescimento, de tal modo que a Sociedade possa auferir resultados ao longo do tempo

Em primeiro lugar cabe buscar a sustentabilidade social, objetivando-se assegurar as pessoas o exercicio integral da cidadania, ensejando a inclusão social dos mais pobres e a afluência da juventude, em especial pela educação de qualidade com acesso universal e democrático.

A sustentabilidade econômica será garantida pelo crescimento da economia por meio de atração de investimentos que gerem riqueza e criem postos de trabalho A construção de uma infraestrutura que atraia novas empresas e lhes confira competitividade é a diretriz maior do eixo da sustentabilidade econômica.

A preservação e a recuperação dos recursos naturais, em especial os recursos